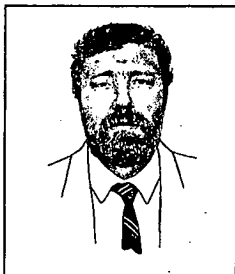


82 * 5 OUT 1993

LEONARDO TREVISAN

ESTADO DE SÃO PAULO

Educação — defesa ou confissão?



Gente que já não lembrava que escola pública existia redescobriu a questão

Enfim, o ensino público paulista convive com algo novo. Independentemente da decisão de mais alguns dias de greve ou do fim imediato dela, os resultados desta última paralisação dos professores são muito diferentes dos *tradicionais*. O governo, aconselhado não se sabe por quem, resolveu levar o problema do salário dos professores para a televisão, prometendo mundos e fundos; a Apeoesp to-

tomou o mesmo rumo e foi para a tela defender o seu modo de ver as coisas. Os dois lados podem ter arrumado um sério problema. Muita gente que nem lembrava mais que escola pública existia redescobriu a questão. De juizes de Direito a empresários, médios e grandes, choveram cartas e artigos preocupados com a educação. Ótimo. Talvez a exposição eletrônica da realidade salarial dos educadores tenha cutucado consciências adormecidas, com a melhor das conseqüências.

O barulho social foi tanto que, a pedido de procuradora do Ministério Público do Trabalho, a questão

dos salários dos mestres chegou ao Tribunal Regional do Trabalho. Pela primeira vez a Justiça cuidou do assunto, estabelecendo proposta conciliatória que parte da definição de uma política salarial mensal com reposição quadrimestral das perdas. Para os dois oponentes os problemas apenas começaram. A sociedade, além de querer saber por que o governo deixou o salário dos mestres perdeu tanto poder aquisitivo, vai cobrar o cumprimento do que determinou o juiz para que as crianças voltem às aulas. Os professores, depois de alcançarem o mesmo direito que todo trabalhador tem, terão de oferecer resultados melhores que os praticados até o momento.

Como o governo fez questão de "divulgar" o problema, teve de "produzir" alguma explicação para ele. Com o pior dos resultados. A pressa com que alguns dos responsáveis pela educação no governo Fleury tentaram justificar "o muito que se avançou nestes 30 meses" talvez explique certos destempestos. Para não falar em *confissões*. Assegurar que a escola pública "fi-

nalmente começa a abraçar a causa da qualidade" porque a Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE) comprou "centenas de milhares de carteiras e mesas novas" é insultar a inteligência do contribuinte deste Estado. Ou, então, é provocação para o Tribunal de Contas, que em maio julgou ilegal o processo de dez licitações para compra de 45 mil carteiras e mesas por terem sido vencidas "por empate" pelas mesmas empresas... Não é bom garantir que a compra de *equipamentos* como vídeos, computadores e laboratórios salvem a educação. Confundir a arte de ensinar algo a alguém com a sempre tormentosa questão de comprar de tudo com o dinheiro que é de todos nunca deu bons resultados. Principalmente do ponto de vista publicitário.

Pior que isso só mesmo bater no peito garantindo que se construiu nestes 30 meses "135 escolas, abrindo 216.165 vagas", quando a imprensa toda publicou em janeiro, baseada em dados oficiais da Secretaria da Educação, que o número de alunos matriculados na rede pública caíra em 25.539 alunos. Não foi o ex-secretário Fernando Moraes quem sempre assegurou que o "estrangulamento" da rede física, quando aconteceu, foi sempre localizado? Assim, por que se construiu tanta escola?

Quando a população descobrir que o grande feito educacional destes 30 meses só ocorreu com verba que não era diretamente retirada do orçamento do Estado de São Paulo, o que fazer? Afinal, não foi o Banco Mundial, com o famoso empréstimo de US\$ 245 milhões, que possibilitou a expansão da rede física? Nesse caso, não deveria a população agradecer ao Banco, em vez de ao governo? Ao mesmo tempo, quando vê os professores tratados pelo *cassetete pedagógico*, não teria todo o direito de perguntar o que foi feito com o dinheiro que paga de impostos? Ao que tudo indica, com esse tipo de defensor público para assuntos educacionais, o governo pode dispensar acusadores.

É verdade que a idéia de levar o problema do salário do professor para a televisão provocou sérias baixas também no *adversário*. Se o governo cumprir o acordo proposto pela Justiça, e pagar aos professores com uma mínima dignidade, a sociedade não cobrará uma *produtividade compatível* com a nova política salarial? Se não rotar diferença, apesar da conquista salarial, não mudará de opinião quanto ao ostensivo apoio emprestado aos mestres?

■ Leonardo Trevisan, professor da PUC-SP, é editorialista do Estado